

Com o leilão de Notas do Tesouro Nacional (NTNs), na próxima segunda-feira, o governo começa a reintroduzir na economia a indexação, ou seja, a correção monetária das aplicações financeiras. A medida chega também aos impostos, mas não aos salários. Mas as pressões pela

LEITURA DINÂMICA

correção da inflação passada, neste caso, crescerão. Na página 8, a Fipe divulga a inflação de outubro, de 25,17%, quase nove pontos percentuais acima do índice de setembro. E a Fundação Getúlio Vargas revela que o IPC no Rio chegou a 24%. Na 9, má notícia para os aposentados: eles vão receber este mês menos do que em outubro, porque o abono não será mais pago. E a Previdência se recusa a aumentar os benefícios em 147%, mesmo nos Estados em que foi condenada pela Justiça. Na 11, dois exemplos de empresários que desafiam a crise, crescendo.

Leilão de títulos traz de volta indexação

A correção monetária, ou indexação da economia, começa a voltar. O primeiro passo nesse sentido é o leilão de Notas do Tesouro Nacional, com correção cambial e papéis corrigidos pelo IGP-M (veja matéria abaixo), que o Banco Central vai realizar na segunda-feira. A questão agora é definir quais os outros setores da economia que a indexação vai contemplar. De olho no caixa do governo, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, disse que só não se pode generalizar a reinindexação. Ele teme que a correção automática e integral dos salários — o que atingiria também a folha dos servidores públicos (veja abaixo) — pressione os gastos do governo.

Já o presidente do Banco Central, Francisco Gros, afirma que a reinindexação é prioritária, urgente e que poderá ser resolvida por iniciativa do Congresso ou do Executivo, por meio de um projeto de lei. Conforme Gros, em princípio a volta da indexação se traduziria na permissão para que contratos com prazo inferior a um ano pudessem ser vinculados a um índice de preços, abrindo a porta para os títulos pós-fixados. Esta foi a terceira vez nessa semana que o presidente do BC defendeu a reinindexação.

Marcílio admitiu que "talvez seja eficaz" corrigir plenamente os salários até três mínimos e as receitas do governo (impostos). "Só não se pode generalizar a indexação, porque senão o remédio se torna prejudicial", disse. Marcílio lembrou que em meados dos anos 80, quando havia correção plena, o salário real caiu.

Para Gros, vários setores da sociedade estão preocupados com o problema da falta de um indexador num período de inflação tão alta. Mas ele diz que não tem conversado sobre o assunto com o governo e, mais especificamente, com seus "colegas de equipe econômica". O presidente do BC nega divergências com o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, que é contra a reinindexação generalizada.

Se a iniciativa tiver que partir do governo, o presidente do BC prefere que seja enviado ao Congresso um projeto de lei propondo a alteração da Lei 8.177. "Não gosto de medidas provisórias."

Gros voltou a usar uma de suas expressões preferidas: "A reinindexação seria um recuo tático", uma vez que os agentes econômicos estão muito nervosos por causa da aceleração inflacionária. Ainda que o recuo signifique colocar todos os agentes andando juntos e alimentando a inflação, pelo menos o avanço da inflação seria mais ordenado, levando a menores perdas e pânico à sociedade, entende Gros.

Apesar de ser a autoridade monetária do País, o presidente do BC disse que ainda não pensou sobre qual o prazo mínimo para se aceitar contratos indexados. E, além disso, se reduziriam também os prazos mínimos para a colocação de Certificados de Depósitos Bancários com remuneração pós-fixada e vinculada à TR. Os CDBs, por exemplo, podem ser vinculados à TR só quando emitidos para vencimentos acima de 90 dias, segundo Gros.